



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SAPIRANGA EM 13.08.2015

Aos 13 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Sapiiranga a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003761-81.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza no exercício da Direção do Foro, Adriana Freires, pelo Coordenador Marcelo Pinheiro Lucero e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 12.08.2014

**Data de Instalação do PJe:** 18.08.2014

**Jurisdição:** Araricá, Campo Bom, Nova Hartz e Sapiiranga.

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2014 a 13.08.2015

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### 2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
<b>Cleiner Luiz Cardoso Palezi*</b>	1ª Vara do Trabalho de Sapiiranga

Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 31.07.2015)

\* Magistrado em férias no período de 16.07 a 14.08.2015.

#### 2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapiiranga gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados nas Unidades Judiciárias

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Marcelo Pinheiro Lucero	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Coordenador (CJ1)</b>	15.02.2000
2	Ricardo Tadashi Kawata	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC04)</b>	13.01.2012
3	Eduardo Schenato Pineiro*	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	05.05.2014
4	Carlos Alberto Duarte Von Ahn	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>31.08.2005</b>
5	Rodrigo Jiombra Alves de Oliveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>25.11.2013</b>

\* O servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 22.08.2011 a 26.02.2013.

Central de Mandados				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Maria Patrícia Alves Montserrat	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>17.04.2008</b>
2	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>08.04.2010</b>
3	Ana Paula Lucci da Motta Pedroso	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>09.01.2012</b>
4	Delamar Pereira Nogueira Neto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>09.10.2012</b>



5	Thiago Arthur Cembranel	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>11.04.2013</b>
6	Francisco Wilson de Oliveira Junior	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>06.06.2014</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

## 2.2.3 Afastamento dos Servidores durante o período correccionado

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	<b>Carlos Alberto Duarte Von Ahn</b>	Curso ou Evento	5	<b>16</b>
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	
		Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	2	
		Trabalho nas Eleições	2	
2	<b>Eduardo Schenato Pineiro*</b> (desde 05.05.2014)	Curso ou Evento	3	<b>3</b>
3	<b>Marcelo Pinheiro Lucero</b>	Curso ou Evento	6	<b>6</b>
4	<b>Ricardo Tadashi Kawata</b>	Curso ou Evento	3	<b>8</b>
		Licença Paternidade	5	
5	<b>Rodrigo Jiombra Alves de Oliveira</b>	Curso ou Evento	5	<b>20</b>
		Doença em Pessoa da Família	12	



		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Central de Mandados				
	Servidor (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Ana Paula Lucci da Motta Pedroso	-	-	-
2	Delamar Pereira Nogueira Neto	-	-	-
3	Francisco Wilson de Oliveira Junior* (desde 06.06.2014)	Curso ou Evento	1	1
4	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	-	-	-
5	Maria Patrícia Alves Montserrat	-	-	-
6	Thiago Arthur Cembranel	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015)

\* Servidores lotados na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Marli Roque Ferreira	08.04.2014	07.05.2014	1 mês	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Saporanga
2	Raquel da Silva Barbosa Nogueira	18.08.2014	19.03.2015	7 meses e 2 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo – Assistente de Juiz Titular (FC05)
Central de Mandados					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	João Batista Nunes Correa	05.12.2012	05.06.2014	1 ano e 6 meses	Lotação na Central de Mandados de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015)



## 2.2.5 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2015, as Unidades Judiciárias não contam com estagiários de Direito.

## 2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	<b>Carlos Alberto Duarte Von Ahn</b>	-	-	51	<b>51</b>
2	<b>Eduardo Schenato Pineiro</b>	-	-	167,5	<b>167,5</b>
3	<b>Marcelo Pinheiro Lucero*</b>	-	-	174	<b>174</b>
4	<b>Ricardo Tadashi Kawata</b>	20	-	143	<b>163</b>
5	<b>Rodrigo Jiombra Alves de Oliveira</b>	-	-	97	<b>97</b>

Central de Mandados					
	Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	<b>Ana Paula Lucci da Motta Pedroso</b>	-	4	-	<b>4</b>
2	<b>Delamar Pereira Nogueira Neto</b>	20	4	112,5	<b>136,5</b>
3	<b>Francisco Wilson de Oliveira Junior</b>	-	4	81	<b>85</b>
4	<b>Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti</b>	-	-	-	-
5	<b>Maria Patrícia Alves Montserrat</b>	-	4	-	<b>4</b>
6	<b>Thiago Arthur Cembranel</b>	-	-	120	<b>120</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em (20.07.2015) – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

## 3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

### 3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
<b>2013</b>	580	R\$ 3.088,90	R\$ 121,66
<b>Média mensal – 2013</b>	48,33	R\$ 257,41	R\$ 10,14



<b>2014</b>	767	R\$ 4.234,32	R\$ 11,06
<b>Média mensal – 2014</b>	63,92	R\$ 352,86	R\$ 0,92
<b>Variação 2013-2014</b>	32,24%	37,08%	-90,91%
<b>2015 (até junho)</b>	339	R\$ 1.875,67	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 23.07.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 63,92 certidões negativas por mês em 2014, média 32,24% superior à verificada no ano anterior. Por sua vez, nos seis primeiros meses de 2015, a média mensal caiu 11,60% em relação à do ano anterior, passando para 56,50.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, as solicitações de certidão negativa são atendidas no mesmo dia, exceto quando for uma quantidade excessiva de pedidos de certidões ou devido ao horário de solicitação. Após a elaboração das certidões negativas e a entrega destas à parte, a documentação necessária para a confecção da certidão (requerimento, cópia do documento de identificação da parte, cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral na Receita Federal e cópia do contrato social) é arquivada – sendo que as GRUs são arquivadas em pasta própria, e o valor arrecadado é informado mensalmente ao e-mail “boletimforo@trt4.jus.br”.

## 3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

### 3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Reclamadas</b>	1.631 – 7,29%	20.747 – 92,71%	<b>22.378</b>
<b>Processos com reclamadas</b>	56.774 (totalmente) – 56,49%	30.832 – 30,68%	<b>100.510</b>
	12.904 (parcialmente) – 12,84%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015, 11h25min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPC/2008, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a Unidade adota (principalmente por solicitação das Varas) providências para a unificação dos dados cadastrais das reclamadas que já se encontram no banco de dados, mas ainda não possuem o seu cadastro unificado no sistema inFOR: as informações para tal fim são obtidas através das certidões dos Oficiais de Justiça e/ou de petições protocoladas pelas partes, ou, ainda, são fornecidas pela Secretaria da Corregedoria.

O Coordenador informa, também, que após a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) em agosto de 2014, poucas iniciais foram distribuídas por meio físico, de modo que não teria ocorrido cadastro de novas



reclamadas no sistema inFOR nesse período (sendo que, para conferência dos dados para eventual inclusão de reclamadas no cadastro do foro, são observadas as determinações expressas das Varas e é realizada consulta junto à Receita Federal e à SEFAZ). Relata o Coordenador, ainda, que há controle para unificação dos cadastros quando é determinada a inclusão de mais reclamadas ou sócios no polo passivo

Por sua vez, de acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 17.07.2015, apenas 7,29% das reclamadas do Foro de Sapiiranga encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 56,49% dos processos que tramitam na Comarca. Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2014, cujo número de reclamadas unificadas era de 1.541, correspondendo a um percentual de 6,96%.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		4.869 – 75,64%	1.568 – 24,36%	<b>6.437</b>
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	85.085 (totalmente) – 84,65%	14.337 – 14,26%	<b>100.510</b>
		1.088 (parcialmente) – 1,08%		
	<b>Reclamada</b>	45.005 (totalmente) – 44,78%	47.102 – 46,86%	<b>100.507</b>
		8.400 (parcialmente) – 8,36%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015, 11h40min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 75,64% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Sapiiranga encontravam-se unificados, restando 1.568 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 84,65% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 44,78%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2014, houve pequena evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 75,02% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 06.08.2014; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 1.554.



### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	828 – 97,18%	24 – 2,82%	<b>852</b>
<b>Processos com Órgãos</b>	9.358 – 99,82%	17 – 0,18%	<b>9.375</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015, 11h50min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 17.07.2015, 97,18% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, restando apenas 24 Órgãos pendentes. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 99,82% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2014, verifica-se que houve a unificação de 10 órgãos no período entre as duas correições, permanecendo, no entanto, o mesmo número de cadastros não unificados.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até junho)
<b>Ação Anulatória</b>	1	1	<b>0,00%</b>	-
<b>Ação Cautelar</b>	17	8	<b>-52,94%</b>	1
<b>Ação Civil Pública</b>	2	4	<b>100,00%</b>	-
<b>Ação de Cobrança Contribuição Sindical</b>	14	1	<b>-92,86%</b>	-
<b>Ação de Consignação</b>	52	33	<b>-36,54%</b>	-
<b>Ação de Cumprimento</b>	5	4	<b>-20,00%</b>	-
<b>Ação de Indenização</b>	93	55	<b>-40,86%</b>	-
<b>Ação Declaratória</b>	1	-	<b>-100,00%</b>	-
<b>Ação Possessória</b>	1	-	<b>-100,00%</b>	-
<b>Ação de Representação Sindical</b>	-	1	-	-
<b>Carta de Ordem</b>	3	1	<b>-66,67%</b>	-
<b>Carta de Sentença</b>	5	18	<b>260,00%</b>	18
<b>Carta Precatória</b>	474	270	<b>-43,04%</b>	1
<b>Embargos de Terceiro</b>	44	34	<b>-22,73%</b>	9
<b>Homologação</b>	-	1	-	-



<b>Outros</b>	3	4	<b>33,33%</b>	-
<b>Protesto</b>	2	-	<b>-100,00%</b>	-
<b>Reclamatória-Ordinário</b>	3.886	2.718	<b>-30,06%</b>	1
<b>Reclamatória-Sumaríssimo</b>	102	79	<b>-22,55%</b>	-
<b>Restauração de Autos</b>	1	-	<b>-100,00%</b>	-
<b>TEE Ajuste de Conduta MPT</b>	1	1	<b>0,00%</b>	-
<b>TEE multa da DRT</b>	9	1	<b>-88,89%</b>	-
<b>TEE Outros</b>	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>4.716</b>	<b>3.240</b>	<b>-31,30%</b>	<b>31</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>393,00</b>	<b>270,00</b>	<b>-31,30%</b>	<b>5,17</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

No ano de 2014, foram distribuídas 3.240 novas ações na Comarca de Sapiroanga, registrando-se uma média mensal de 270 distribuições. Esse número foi inferior em 1.476 às ações distribuídas em 2013, constatando-se uma queda de 31,30% na média mensal de distribuições. Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Sapiroanga a partir de 18.08.2014, consoante disciplinado pela Portaria Conjunta nº 4.399/2014, de 05 de agosto de 2014.

Em números absolutos, as reclamações trabalhistas do rito ordinário e as cartas precatórias foram objeto das maiores reduções na comparação com os dados de 2013, registrando-se queda de 1.168 e 204 distribuições, respectivamente, em 2014.

A seu turno, nos seis primeiros meses do ano de 2015, foram distribuídas apenas 31 novas ações em processos físicos na Comarca de Sapiroanga, registrando-se uma média mensal de 5,17 distribuições. Esse número foi inferior em 3.209 às ações distribuídas em 2013, correspondendo a uma queda de 98,09%% na média mensal de distribuições.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES DE PROCESSOS FÍSICOS

<b>Petições e documentos protocolados</b>			
	<b>Total</b>	<b>Dias úteis</b>	<b>Média/dia</b>
<b>2013</b>	39.969	231	173,03
<b>2014</b>	35.974	227	158,48
<b>Variação 2013-2014</b>	-10,00%	-1,73%	-8,41%



<b>2015 (até junho)</b>	11.436	106	107,89
-------------------------	--------	-----	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

No ano de 2014, foram protocolizadas 35.974 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 158,48 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 8,41% na média de petições e documentos protocolizados.

Por sua vez, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando grande redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Sapiroanga; em razão disso, no período de janeiro a junho de 2015, a média diária de protocolo de petições caiu para 107,89 (queda de 31,92%).

### **3.5 ARQUIVO**

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Sapiroanga localiza-se nas dependências da própria CCDF. Segundo o Coordenador da Unidade, quando do recebimento das guias/lotas de processos para remessa ao arquivo é realizada a conferência das guias, observando-se o número de volumes e a existência de apensos, bem como se o processo é com dívida ou sem dívida. Os processos são arquivados em caixas identificadas pelo número da guia e ano – sendo que, nas caixas com dívida, essa expressão é lançada em vermelho.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontrava-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

### **3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS – PROCESSOS FÍSICOS**

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a inexistência de processos em carga com prazo de devolução vencido sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

## **4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS**

### **4.1 DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS**

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução



de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Sapiranga está dividida em seis setores, conforme especificações abaixo:

**Setor 01 – Servidora Maria Patrícia Montserrat:** constituído pelos municípios de Araricá, Nova Hartz e Sapiranga (bairros Oeste e Quatro Colônias);

**Setor 02 – Servidor Delamar Pereira Nogueira Neto:** constituído pelo município de Sapiranga (bairros São Luiz, Piquete, Santa Fé, Vila Irma e Vila Nova);

**Setor 03 – Servidora Ana Paula Lucci da Motta Pedroso:** constituído pelo município de Sapiranga (bairros Amaral Ribeiro, Sete de Setembro e São Jacó);

**Setor 04 – Servidor Thiago Antônio Cembranel:** constituído pelo município de Sapiranga (bairros Centro e Centenário);

**Setor 05 – Servidor Luís Antônio Scalzilli Meneghetti:** constituído pelo município de Campo Bom (bairros Celeste, Centro, Bela Vista, Zona Industrial Sul, Bem Viver Um, Sempre Unidos, Esperança, Operária, Floresta, Vila Nova, Vila Rica, Gringos, Cohab Sul, Bela Vista, Porto Blos, Imigrante Sul, Dona Augusta, 25 de Julho, Cohab Leste, Jardim do Sol, União e Quatro Colônias);

**Setor 06 – Servidor Francisco Wilson de Oliveira Junior:** constituído pelo município de Campo Bom (bairros Imigrante Norte, Ipiranga, Genuíno Sampaio, Aurora, Loteamento Firenze, Metzler, Solar do Campo, Alto Paulista, Paulista, Loteamento Industrial Norte, Rio Branco, Colina Deuner, Santa Lúcia e Santo Antônio).

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada três meses.

#### 4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados originados de processo físicos é realizada às segundas-feiras – exceto aqueles classificados como urgentes ou destinados ao plantão, os quais são distribuídos no mesmo dia, com aviso ao Oficial de Justiça encarregado por telefone ou por e-mail. Já com relação aos mandados originados de processos eletrônicos, a distribuição é realizada diariamente, observando-se o mesmo procedimento referente àqueles classificados como urgentes ou destinados ao plantão. O Coordenador informa, ainda, que, após o cumprimento, os mandados são entregues às Varas no mesmo dia em que são devolvidos pelo Oficial de Justiça.



### 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

#### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
<b>2013</b>	4.831	402,58
<b>2014</b>	3.894	324,50
<b>Varição 2013-2014</b>	-19,40%	-19,40%
<b>2015 (até junho)</b>	1.349	224,83

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
<b>2013</b>	-	-
<b>2014</b>	658	54,83
<b>Varição 2013-2014</b>	-	-
<b>2015 (até junho)</b>	234	39,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

Em 2014, a Central de Mandados de Sapiranga recebeu 4.552 mandados, sendo 3.894 de processos físicos e 658 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 379,33 mandados recebidos. Verifica-se, assim, que houve redução de 19,40% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2014 na comparação com o ano anterior – cabendo destacar que não houve distribuição de mandados oriundos de processos eletrônicos no ano de 2013, tendo em vista que, conforme referido anteriormente, o sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) foi implantado no Foro Trabalhista de Sapiranga somente a partir de 18.08.2014.

Por fim, tem-se que os dados dos seis primeiros meses indicam uma média mensal de 263,83 mandados recebidos, o que corresponde a uma queda de 30,45% em relação ao ano de 2014.



#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até junho)
<b>Busca e Apreensão</b>	20	16	-20,00%	1
<b>Citação</b>	620	589	-5,00%	437
<b>Condução de Testemunha</b>	1	9	800,00%	1
<b>Notificação</b>	3.099	2.506	-19,14%	594
<b>Penhora</b>	848	696	-17,92%	204
<b>Outros</b>	174	181	4,02%	61
<b>Total</b>	<b>4.762</b>	<b>3.997</b>	<b>-16,06%</b>	<b>1.298</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até junho)
<b>Intimação</b>	-	0	-	0
<b>Notificação</b>	-	576	-	205
<b>Mandado</b>	-	82	-	29
<b>Ofícios</b>	-	0	-	0
<b>Total</b>	-	<b>658</b>	-	<b>234</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

Foram cumpridos 4.655 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2014, dos quais 3.997 oriundos de processos físicos e 658 de processos eletrônicos. Considerando o número total de mandados recebidos das Varas (item 3.3.1 – 4.552 mandados), constata-se que foram cumpridos 103 mandados a mais do que o número de recebidos no mesmo lapso, o que aponta redução no estoque de mandados.

Em 2014, a média de mandados cumpridos mensalmente, contando processos físicos e eletrônicos, foi de 387,92, média 2,25% inferior à de 2013. Em relação aos tipos de diligências recebidas, os mandados de notificação são os mais comuns tanto nos processos físicos quanto nos processos eletrônicos.



### 4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até junho)
<b>Busca e Apreensão</b>	12,65	7,88	-37,75%	2,00
<b>Citação</b>	9,59	8,78	-8,48%	6,46
<b>Condução de Testemunha</b>	42,00	14,56	-65,34%	44,00
<b>Notificação</b>	5,92	5,17	-12,57%	5,93
<b>Penhora</b>	16,73	14,88	-11,06%	12,36
<b>Outros</b>	9,77	6,34	-35,14%	5,41
<b>Prazo médio geral</b>	<b>8,50</b>	<b>7,48</b>	<b>-11,99%</b>	<b>7,12</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até junho)
<b>Intimação</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	-	4,52	-	4,72
<b>Mandado</b>	-	11,43	-	6,34
<b>Ofício</b>	-	-	-	-
<b>Média Geral</b>	-	<b>5,38</b>	-	<b>4,92</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Sapiroanga caiu 11,99% em 2014, na comparação com o ano anterior. Os mandados de penhora foram os que demandaram maior tempo para cumprimento (média de 14,88 dias) pelos oficiais de justiça avaliadores, seguidos pelos mandados de condução de testemunha (média de 14,56 dias para cumprimento). Por outro lado, o cumprimento mais célere em 2014 é verificado nos mandados de notificação (5,17 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e maio de 2015 apontam uma nova queda do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 7,12 dias, o que corresponde a um recuo de 4,81%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça em



avaliadores em 2014 foi de 5,38 dias – sendo que as diligências classificadas genericamente como “mandados” são as que apresentaram maior prazo médio para seu cumprimento (11,43 dias). As informações colhidas nos seis primeiros meses de 2015 apontam, a seu turno, que o tempo médio para cumprimento dos mandados caiu para 4,92 dias, lapso 8,55% inferior ao verificado em 2014.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até junho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	6	30,00%	4	25,00%	0	0,00%
<b>Citação</b>	173	27,90%	159	26,99%	79	18,08%
<b>Condução de Testemunha</b>	1	100,00%	1	11,11%	1	100,00%
<b>Notificação</b>	513	16,55%	376	15,00%	74	12,46%
<b>Penhora</b>	387	45,64%	301	43,25%	71	34,80%
<b>Outros</b>	43	24,71%	35	19,34%	12	19,67%
<b>Total Geral</b>	<b>1.123</b>	<b>23,58%</b>	<b>876</b>	<b>21,92%</b>	<b>237</b>	<b>18,26%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até junho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Intimação</b>	-	-	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	-	-	75	13,02%	20	9,76%
<b>Mandado</b>	-	-	49	59,76%	10	34,48%
<b>Ofício</b>	-	-	0	-	0	-
<b>Total</b>	-	-	<b>124</b>	<b>18,84%</b>	<b>30</b>	<b>12,82%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, **em relação aos processos físicos**, que foram devolvidos 876



mandados após o decurso do prazo legal em 2014, valor correspondente a 21,92% de todos os mandados cumpridos – tendo havido redução em relação aos dados de 2013, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 23,58% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2014 (43,25%), seguidas das citações (26,99%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2015 (janeiro a junho) apontam uma nova queda no percentual de diligências cumpridas após o prazo legal, o qual passa a corresponder a 18,26%.

Quanto aos **mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 124 mandados foram devolvidos com atraso pela Central de Mandados em 2014, que equivale a 18,84% de todos os mandados cumpridos. Nos seis primeiros meses de 2015, a seu turno, verifica-se tendência de nova queda no percentual de mandados cumpridos intempestivamente.

#### 4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Sapiroanga.

ANA PAULA LUCCI DA MOTTA PEDROSO						
INFOR						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	06	06	03	03	00	00
<b>Citação</b>	109	108	96	97	27	24
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	01	00	00	01
<b>Notificação</b>	535	535	329	329	117	107
<b>Penhora</b>	149	146	123	125	49	28
<b>Outros</b>	23	23	50	50	08	07
<b>Total</b>	<b>822</b>	<b>818</b>	<b>602</b>	<b>604</b>	<b>201</b>	<b>167</b>
PJe-JT						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	-	-	70	70	59	59



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Mandado</b>	-	-	22	22	07	07
<b>Ofício</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Total</b>	-	-	<b>92</b>	<b>92</b>	<b>66</b>	<b>66</b>

**LUIZ ANTONIO SCALZILLI MENEGHETTI**

**INFOR**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	02	02	00	00	00	00
<b>Citação</b>	110	108	55	57	152	152
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	02	02	00	00
<b>Notificação</b>	563	559	281	285	123	123
<b>Penhora</b>	175	176	79	80	42	40
<b>Outros</b>	23	24	18	18	18	18
<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>869</b>	<b>435</b>	<b>442</b>	<b>335</b>	<b>333</b>

**PJe-JT**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	-	-	35	35	44	44
<b>Mandado</b>	-	-	22	22	05	05
<b>Ofício</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Total</b>	-	-	<b>57</b>	<b>57</b>	<b>49</b>	<b>49</b>

**DELAMAR PEREIRA NOGUEIRA NETO**

**INFOR**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	01	02	02	00	00



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Citação</b>	95	92	89	93	83	77
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	02	02	00	00
<b>Notificação</b>	469	459	539	551	75	75
<b>Penhora</b>	131	130	127	128	27	26
<b>Outros</b>	37	37	23	23	05	05
<b>Total</b>	<b>733</b>	<b>719</b>	<b>782</b>	<b>799</b>	<b>190</b>	<b>183</b>

**PJe-JT**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	-	-	86	86	27	27
<b>Mandado</b>	-	-	09	09	01	01
<b>Ofício</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Total</b>	-	-	<b>95</b>	<b>95</b>	<b>28</b>	<b>28</b>

**FRANCISCO WILSON DE OLIVEIRA JUNIOR**

**INFOR**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	01	01	00	00
<b>Citação</b>	00	00	51	51	57	57
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	02	02	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	240	240	113	113
<b>Penhora</b>	00	00	57	57	38	38
<b>Outros</b>	00	00	27	27	13	13
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>378</b>	<b>378</b>	<b>221</b>	<b>221</b>

**PJe-JT**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	-	-	53	53	24	24
<b>Mandado</b>	-	-	07	07	04	04
<b>Ofício</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Total</b>	-	-	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>28</b>	<b>28</b>

<b>MARIA PATRICIA ALVES MONTSERRAT</b>						
<b>INFOR</b>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	05	05	04	04	01	01
<b>Citação</b>	139	139	170	170	42	41
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	03	03	00	00
<b>Notificação</b>	602	597	539	544	99	99
<b>Penhora</b>	140	135	150	155	42	34
<b>Outros</b>	43	42	29	30	10	08
<b>Total</b>	<b>929</b>	<b>918</b>	<b>895</b>	<b>906</b>	<b>194</b>	<b>183</b>
<b>PJe-JT</b>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	-	-	163	163	38	38
<b>Mandado</b>	-	-	13	13	00	00
<b>Ofício</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Total</b>	-	-	<b>176</b>	<b>176</b>	<b>38</b>	<b>38</b>



<b>THIAGO ARTHUR CEMBRANEL</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até junho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	03	03	00	00
<b>Citação</b>	70	67	85	88	86	86
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	357	347	271	278	74	77
<b>Penhora</b>	104	101	85	88	38	38
<b>Outros</b>	21	20	27	28	10	10
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>535</b>	<b>471</b>	<b>485</b>	<b>208</b>	<b>211</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até junho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	-	-	159	159	10	10
<b>Mandado</b>	-	-	06	06	06	06
<b>Ofício</b>	-	-	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>165</b>	<b>165</b>	<b>16</b>	<b>16</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A unidade encontra-se bem organizada e adaptada à nova realidade que tem sido atribuída às CCDF's e CM's decorrente da diminuição gradual e progressiva de peticionamento por meio físico, a partir da implantação do PJe no Foro Trabalhista de Sapiroanga em 18.08.2014.

De qualquer forma, como relatado pelo Coordenador Marcelo Pinheiro Lucero, a unidade atende a pedidos de atermações de partes que se apresentam sem procuradores e buscam o encaminhamento de seus pleitos junto ao PJe; é também prestado auxílio às partes e advogados na digitalização de peças processuais quando os interessados não dispõem dos meios necessários para fazê-lo.

Conforme relatado pelo Coordenador, a CCDF mantém-se regularmente organizada, apesar da adesão de servidores ao movimento grevista da categoria, na medida em que há sempre 02 (dois) oficiais de justiça em atividade, o que permite a manutenção de 30% dos serviços na unidade e o



atendimento de medidas urgentes, como as notificações/intimações para comparecimento em audiência.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que se manifestassem, e não tendo havido interesse, parabenizou a todos os presentes pelo comprometimento e boas condições de trabalho constatadas na unidade.

## **6 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza no exercício da Direção do Foro e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiroanga no dia 12.08.2015 das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados, não houve manifestação.

## **8 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **9 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza no exercício da Direção do Foro Adriana Freires, pelo Coordenador Marcelo Pinheiro Lucero e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**